

1. Contexto operacional

A Indústrias J.B.Duarte S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo.

A Companhia inicialmente explorava a atividade industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades.

Desde 1997 a Companhia passou a atuar predominantemente como administradora de bens próprios tanto diretamente quanto através da controlada NewRealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Considerando a atual estrutura de capital de giro da Companhia, a administração implementou o seguinte plano estratégico, que também está em vigor para os próximos anos

- (a) Renegociação de dívidas, inclusive com dação em pagamento de ações próprias;
- (b) Incremento da atividade imobiliária priorizando projetos para uso em contrapartidas ambientais e crédito carbono, que possuem maior valor agregado dos empreendimentos adquiridos para essa finalidade;
- (c) Redimensionamento das transações com partes relacionadas, inclusive relacionadas a transações imobiliárias;
- (d) A Companhia está dando continuidade a regularização da Fazenda Brasil e pretende destinar a área para venda a interessados em reposição de reservas florestais, obrigatórias no estado de São Paulo em projetos de venda de créditos de carbono. O imóvel localizado em Cabreuva para parceria em loteamentos. Para Fazenda São Pedro, e estamos prospectando parceiros para a realização de chácaras.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi autorizada pela diretoria em 08 de abril de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base para apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 01 - Plano estratégico para manutenção do capital de giro e da continuidade operacional da Companhia.
- Nota 07 - Créditos tributários.
- Nota 08 - Partes relacionadas.
- Nota 13 - Provisões para contingências.
- Nota 19 - Contingências e prescrições.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “Newrealty” descrita na nota explicativa nº 10. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia, considerando seu modelo de gestão, são mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas dos valores a receber são registradas na demonstração do resultado do período em que efetivamente são

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

São demonstrados pelo custo amortizado, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata” dia), quando aplicável.

3.3. Propriedades para Investimento - Empreendimentos imobiliários

São avaliados inicialmente na data da aquisição ao valor justo e posteriormente pelo custo amortizado. A Companhia não procede a estudos sobre *Impairment* desses ativos. As propriedades para investimento representam diversos empreendimentos com destinação segundo projetos específicos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020 não foram obtidos de peritos independentes laudos de avaliação dos empreendimentos descritos na nota explicativa no. 09

3.4. Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

3.5. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável considerando a melhor estimativa para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7. Transações com partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos mantidos com partes relacionada são registrados ao custo amortizado.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

São avaliados ao custo amortizado, acrescido de encargos ou rendimentos considerando o modelo de taxa efetiva de juros, quando aplicável. A classificação entre curto e longo prazo considera além dos prazos efetivos de realização, o modelo de gestão da Companhia.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar.

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são os seguintes:

IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios – (vigência a partir de 01.01.2020)

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros; IFRS 7/CPC 40 Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração (vigência a partir de 01.01.2020)

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).

IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras.

IFRS 16/CPC 6 (R2) Arrendamentos (vigência a partir de 01.01.2020)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID – 19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

4.1 Novas normas ainda não vigentes

IFRS 9/CPC 48; IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2) (vigência a partir de 01.01.2021)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).

IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (vigência a partir de 01.01.2022)

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, matérias e outros gastos ligados à operação do contrato).

IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado (vigência a partir de 01.01.2022)

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Na adoção da norma a Companhia e sua controlada não apresentaram impactos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

A Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde locais e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), visando minimizar impactos à saúde e segurança de seus funcionários, familiares, parceiros e comunidades, bem como a continuidade de todas as suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

- (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores e familiares;
- (ii) adesão de trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores
- (iii) cancelamento de eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação e flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações

Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos em suas operações

Diante do atual cenário, em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia revisou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não identificou efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

6. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Processos trabalhistas	104	104	104	104
Créditos a receber em depósitos judiciais (a)	3.788	3.788	3.788	3.788
	3.892	3.892	3.892	3.892

(a) Valores referentes a dois processos: 20ª vara da justiça federal – processo 95.006.1237-2 -trata-se de ação de execução de contrato de honorários advocatícios e 18ª vara cível – processo 53064821991 – referente ação de cobrança, decorrentes de operações comerciais de importação e exportação de farelo de soja.

7. Créditos tributários**7.1 Contingências ativas junto à União Federal**

Refere-se ao registro de ativo contingente com base em decisão transitada em julgado favorável a Companhia, de processo judicial de pedido de ressarcimento de pagamento indevido de Imposto de Importação sobre operações de importação de trigo da Argentina. O referido processo encontra-se na fase de apuração dos valores a serem ressarcidos.

A Companhia contratou consultores tributários para a elaboração do laudo para determinação dos valores a ser restituído e respectivo registro do crédito tributário. O montante de R\$ 45.640, foi registrado contabilmente em fevereiro de 2018, em contrapartida a conta de resultado a época. Desde então esse montante não foi atualizado monetariamente.

O referido crédito tributário será posteriormente compensado com passivos tributários da Companhia no momento da apuração final dos montantes.

8. Partes relacionadas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda. (a)	31.863	32.176	31.863	32.176
Duagro S.A. Participações e Administração Ltda. (b)	28.627	28.813	28.627	28.813
	60.490	60.989	60.490	60.989

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Duagro S.A. Participações e Administração Ltda. (b)	12	11	45	28
Fazenda São Pedro (c)	585	-	585	-
Monte Mor (c)	45	-	45	-
	642	11	675	28

- (a) Refere-se a contratos de mútuo sem prazo de vencimento e sem encargos financeiros. A liquidação de valores no exercício, decorre de liquidação de contas a pagar de terceiros. Não foi registrado provisão para perdas para esses ativos.
- (b) Referem-se a contrato de mútuo com incidência de encargos financeiros com base na variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancário e sem prazo de vencimento.
- (c) Referem-se a contrato de mútuo com incidência de encargos financeiros com juros 0,01% a serem amortizados no final do contrato com o principal. Decorre da liquidação de contas a pagar de terceiros.

9. Propriedades para investimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fazenda São Pedro das Araucárias (a)	2.798	2.798	2.798	2.798
Sítio San Jean (New Realty) (b)	-	-	7.721	7.721
Fazenda Anta Gorda – Bom Jesus de Pirapora (c)	6.464	6.464	6.464	6.464
Fazenda Brasil – Barra do Turvo (d)	57.500	57.500	57.500	57.500
Sítio San Jean (New Realty) (b)	-	-	4.000	4.000
Imóvel rural – Suzano (e)	2.103	2.103	2.103	2.103
	68.865	68.865	80.586	80.586

- (a) Será utilizado num projeto cujo objetivo é venda através de fracionamento da área em chácaras de até 10 ha.
- (b) Será utilizado em projeto cujo objetivo é transformar a área em futuro loteamento e/ou condomínio residencial.
- (c) Será utilizado num empreendimento para a utilização em projetos de aterros de inertes em parceria com terceiros.
- (d) Direitos hereditários sobre o imóvel correspondente a matrícula 891 do Cartório de Registro de Imóveis de Jacupiranga, situado no município de Barra do Turvo – Estado de São Paulo, denominado Fazenda Brasil, possui superfície total de 9.578,36 hectares. O valor do imóvel no montante de R\$ 57.500, corresponde ao valor apurado com base em Laudo de Avaliação datado de novembro/2018 realizado por empresa especializada. A expectativa da administração é a utilização da área para projetos de compensações ambientais.
- (e) Propriedade rural localizado no bairro da estrada nova, antigo Feital município de Suzano.

10. Investimentos

	2020	2019
Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio líquido – R\$ mil	11.454	11.472
Resultado do exercício	(17)	(16)
Valor contábil investimento inicial	11.437	11.456
Resultado de equivalência patrimonial	17	16
Valor investimento ajustado	11.454	11.472

11. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Unibanco - Banco Itaú S.A. (a)	5.890	4.614	5.890	4.614
	5.890	4.614	5.890	4.614

(a) Referem-se a contrato de empréstimo pendente de pagamento, cuja sentença foi desfavorável a Companhia. Foram atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP até 31 de dezembro de 2020.

12. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF a recolher (a)	-	146	-	146
IRPJ a recolher sobre ativo contingente	9.536	9.528	9.536	9.528
IRPJ a recolher (a)	-	4.553	-	4.705
CSLL recolher sobre ativo contingente	3.398	3.395	3.398	3.395
Contribuição social a recolher (a)	-	1.640	-	1.706
Parcelamento – Lei 11941/09 (a)	-	3.678	-	3.678
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher (a)	-	23	-	23
PIS/COFINS a recolher sobre ativo contingente	2.038	2.038	2.038	2.038
Diversos impostos a recolher (a)	-	232	-	234
	14.972	25.233	14.972	25.453

(a) Valores transferidos para conta de provisões para contingências nota explicativa nº 13 “c”.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contingências trabalhistas (a)	2.873	2.592	2.873	2.592
Contingências Cíveis (b)	11.740	9.195	11.740	9.195
Contingências tributárias (c)	90.051	79.639	90.272	79.639
Provisões fiscais – diversas (d)	258	-	258	-
Provisões execuções fiscais (e)	1.340	-	1.340	-
	106.262	91.426	106.483	91.426

- (a) Refere-se a processos trabalhistas em fase de execução de sentença não comportando, portanto, mais nenhum recurso, mas apenas a discussão quanto aos valores de atualização, conforme posição dos assessores jurídicos.
- (b) Conforme relatório dos assessores jurídicos da Companhia de dezembro de 2020, refere-se a processo de execução movido pela Cesp – Companhia Energética de São Paulo, para cobrança de títulos extrajudiciais, em fase de penhora de faturamento.
- (c) Contingências tributárias – A Companhia possui passivos tributários em dívida ativa junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no montante de R\$ 265.922, e passivos junto a Prefeitura Municipal de São Paulo de R\$60, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 consolidado monta a R\$ 90.272. Adicionalmente, foi realizada penhora de dividendos a distribuir a acionistas sobre o exercício findo em 2007 no montante de R\$ 577.
- (d) Refere-se aos processos nos. 0003484-40.2016.4.03.06144e 5003611-19.2018.4.03.06144 de execução fiscal decorrente de multas aplicadas, movido contra Companhia por órgão regulador – CVM. Processo garantido com penhora de imóvel, localizado no município de Pirapora de Bom Jesus - SP, com no. de matrícula 4963
- (e) Refere-se a processo movido pela união para cobrança de contribuição previdenciária em processo de execução final, conforme posição dos assessores jurídicos.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 171.652.739,55 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) representado por 5.019.161 (cinco milhões, dezenove mil, cento e sessenta e uma) ações sem valor nominal, sendo:

	2020	2019
Ações ordinárias	1.673.066	1.673.066
Ações preferenciais	3.346.095	3.346.095
Total	5.019.161	5.019.161

Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 200.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade e espécie de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

Não ocorreram mudanças nas políticas de dividendos, juros sobre capital e reservas de lucros em relação às utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Existe penhora de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e da reserva para futuros investimentos daquela data, no montante de R\$ 577. Até a presente data os consultores jurídicos da Companhia não obtiveram êxito no desbloqueio de tais valores. Vide nota explicativa no. 13c.

b. Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2020	Ações Preferencias	Ações Ordinárias	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas	(4.320)	(2.160)	(6.480)
Quantidade média ponderada de ações no período	3.346.073	1.673.036	5.019.161
Resultado por ação – R\$	(1,2910)	(1,2910)	(1,2910)

Em 31 de dezembro de 2019	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas	(2.895)	(1.448)	(4.343)
Quantidade média ponderada de ações no período	3.346.073	1.673.036	5.019.161
Resultado por ação - R\$	(0,8653)	(0,8653)	(0,8653)

15. Despesas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Anuidades e contribuições de classe	(67)	(76)	(67)	(76)
Propaganda	(10)	(19)	(10)	(21)
Honorários/Profissionais P.J.	(216)	(3.291)	(216)	(3.299)
Resultado equivalência patrimonial	(17)	(16)	-	-
Outros	(7)	(6)	(24)	(12)
	(317)	(3.408)	(317)	(3.408)

16. Resultado financeiro líquido

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros	(146)	(749)	(146)	(749)
Despesas bancárias	(17)	(12)	(17)	(12)
Multas diversas	-	(56)	-	(56)
	(163)	(817)	(163)	(817)

17. Outras receitas/(despesas) – juros e provisões cíveis e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ajuste de saldo - Massa falida Sipasa	-	(1.403)	-	(1.403)
Atualização processo - CESP	(2.545)	-	(2.545)	-
Atualização processo - Unibanco	(1.276)	672	(1.276)	672
Atualização processos cíveis	(113)	-	(113)	-
Atualização processos trabalhistas	(468)	613	(468)	613
Atualização multas - nota explicativa 13.d	(258)	-	(258)	-
Atualização processo execução fiscal - INSS	(1.340)	-	(1.340)	-
	(6.000)	(118)	(6.000)	(118)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2020, bem como não contratou instrumentos desta natureza em 2020.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, são registrados ao custo amortizado, atualizados pelo método de taxa de juros efetiva e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

A Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap”, atividade de hedge ou similares. Em 31 de dezembro de 2020, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela área de gestão financeira de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

19. Contingências e Prescrições

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas a revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitas à revisão por diferentes períodos prescricionais.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia e sua controlada estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos (IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; PIS - Programa de Integração Social; e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ao imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ou IVA - Imposto sobre Valor Agregado para as suas controladas internacionais). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

20. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381, a administradora não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não seja o de auditoria externa.

21. Partes relacionadas

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S.A, é a Duagro S.A. Administração e Participações, a qual possui atualmente 51,24 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição acionária da controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 43,45% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte S.A. e, também é diretor da Companhia.

22. Transações entre partes relacionadas

Ativo	2020	2019
Contibrasil Com. e Exp.de Grãos Ltda. (vide nota explicativa nº 8)	31.863	32.176
Duagro S.A. (vide nota explicativa nº 8)	28.627	28.813
	60.490	60.989
Passivo	2020	2019
Fazenda São Pedro (vide nota explicativa nº 8)	585	-
Monte Mor (vide nota explicativa nº 8)	45	-
Duagro S.A. (vide nota explicativa nº 8)	12	11
	642	11

**

Indústrias J.B. Duarte S.A.

CNPJ Nº 60.637.238/0001-54

Companhia Aberta

Conselho de administração

Fábio Aylton Casal De Rey	Presidente
Laodse Denis de Abreu Duarte	Vice-presidente
Marcos Antônio Osti	Membro

Diretoria

Laodse Denis de Abreu Duarte	Diretor Presidente
Edison Cordaro	Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico

Romilda Rita Cardozo – CRC - 1SP 145.114/O-5